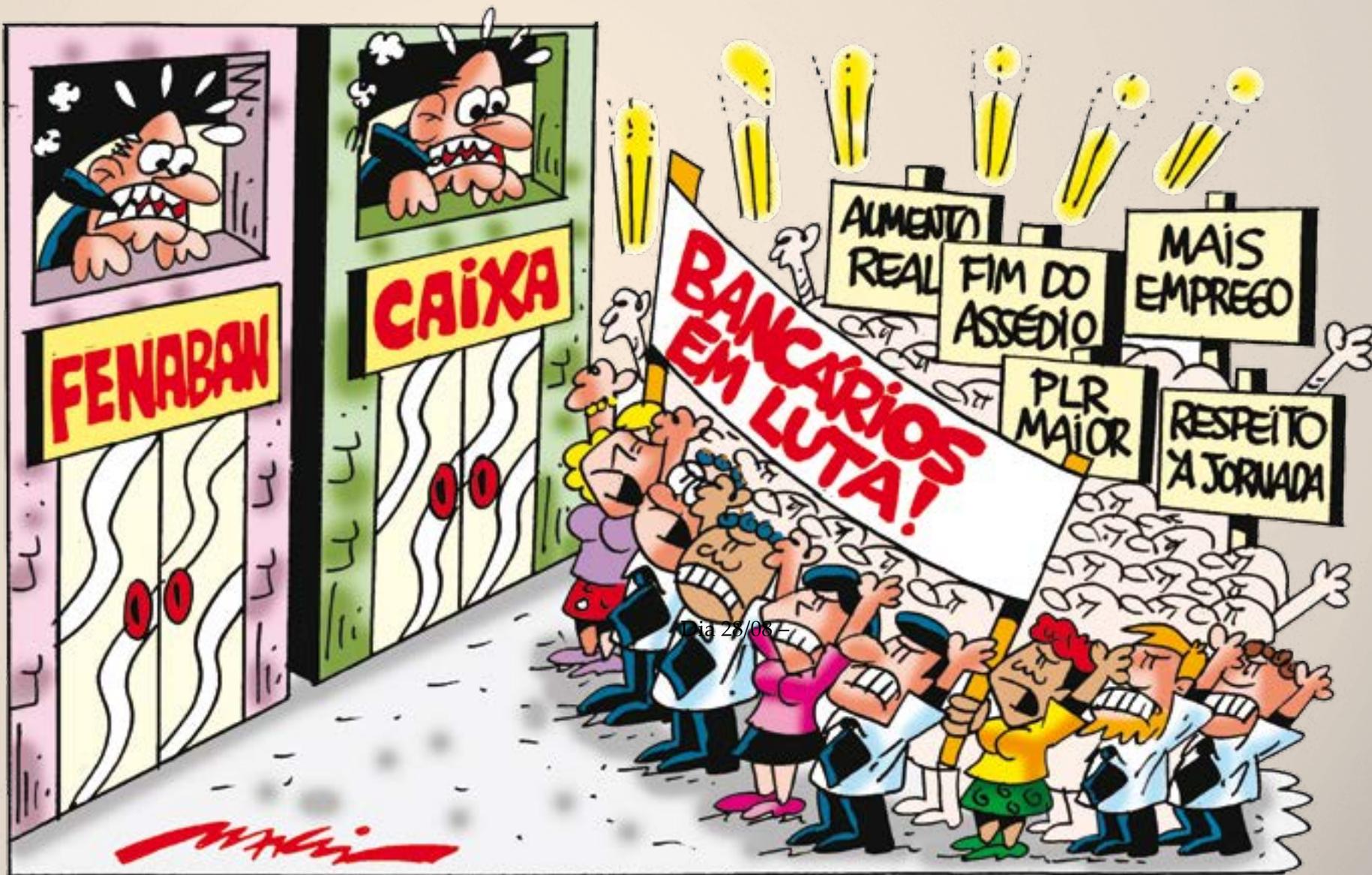


Grandes desafios para os Bancários da Caixa



Debate sobre a Funcef - Dia 28/08/2013
Participe!

Negociações com a Fenaban e a Caixa começam em agosto

Diretores do sindicato realizam reuniões nas agências para falar da campanha

O Comando Nacional dos Bancários entregou, no dia 30/07, à Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), pauta de reivindicações da Campanha Nacional 2013, aprovada pela 15ª Conferência Nacional, realizada entre 19 e 21 de julho em São Paulo.

No mesmo dia foram entregues as pautas de reivindicações específicas às direções do BB e da Caixa Federal. O calendário de negociações com a Caixa será definido nos próximos dias.

Para debater os temas que envolvem a categoria, as rodas de negociações ocorrerão no mês de agosto, sendo que o primeiro tema será condições de trabalho, que envolve temas como saúde do trabalhador, metas abusivas, assédio moral e segurança bancária.

De acordo com o presidente

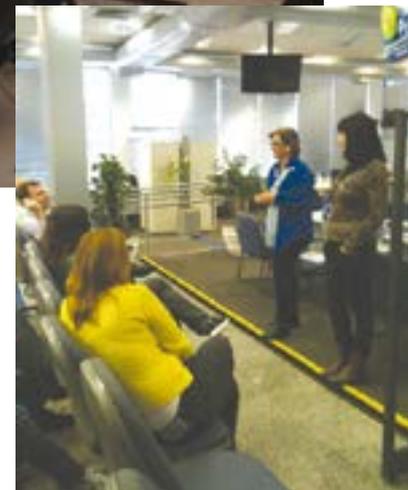


Agência Senador Flaquer - Furlan, Adalto, Inês e Rita Serrano

do Sindicato dos Bancários do ABC, Eric Nilson, os itens que constam na minuta, resultado de consultas, assembleias, encontros regionais e estaduais realizados com a categoria, são de fundamental importância. “Agora cada ponto será anali-

sado, buscando proporcionar cada vez mais melhorias para os trabalhadores bancários”, destacou.

Acesse o site www.bancariosabc.org.br, no menu serviços/documentos para ver a íntegra das minutas.



Ribeirão Pires – Rita Serrano e Inês

Confira as principais reivindicações específicas dos empregados da Caixa:

Saúde do trabalhador, condições de trabalho e Saúde Caixa

Fim do assédio moral;

Cobertura pelo Saúde Caixa de fisioterapia, RPG, acupuntura e psicoterapia, sem limite de sessões e sem exigência de autorização da auditoria ou da Gipes;

Adicional de periculosidade aos empregados que trabalhem em locais considerados áreas de risco de assaltos e sequestros

Funcef e aposentados

Fim do voto de Minerva nas instancias da Funcef;

Reconhecimento, por parte da Caixa, do CTVA como verba salarial para fins de aporte à Funcef, aos que permaneceram no REG/Replan não saldado, bem como aos que saldaram;

Segurança bancária, carreira e condições de funcionamento das agências e representação dos trabalhadores

Fim do descomissionamento arbitrário;

Retomada da implantação do modelo “Agência Segura”;

Criação da função gratificada de assistente no atendimento social;

Valorização da função de avaliador de penhor com revisão do piso de mercado;

Abertura de novas unidades somente com a estrutura física, de segurança e ergonomia necessárias ao atendimento adequado à população;

Papel social, contratação, isonomia, Sipon e jornada de trabalho

Jornada de seis horas para todos;

Fim das horas extras sistemáticas;

Extinção do registro de horas negativas do Sipon e do bloqueio de acesso motivado por falta de homologação do gestor ou decorrente de hora extra não acordada;

Isonomia: extensão do ATS e licença-prêmio para todos os empregados admitidos a partir de 1998;

Fim da responsabilização do empregado no caso de irregularidades no registro do Sipon

Fique sócio! Você só tem a ganhar.



Caixa abre agências, mas a contratação de funcionários é insuficiente

Os empregados da Caixa estão sendo obrigados a trabalhar por dois. Com a expansão no número de agências, a situação de falta de empregados que já era caótica, piorou.

As agências antigas perdem empregados para as novas, que abrem com o mínimo de 8 empregados. Alguns casos são gritantes, como o da ag. Praça da Moça, que fica em Diadema, cidade que tem o maior número de habitantes por km² do Brasil, algo em torno de 13 mil.

Outro caso é o da Ag. Hortências que é a única agência bancária localizada em uma região populosa de Santo André, além de tantas outras como a ag. Bairro Jardim aberta em julho, do Jardim Zaíra em Mauá, de Rio Grande da Serra e de outras que serão abertas na mesma situação, como a da Vila Luzita em Santo André.

A Caixa está contratando, mas muito aquém da real necessidade. Na nossa pauta de reivindicações esse tema será prioritário, mas precisamos intensificar a pressão sobre a empresa.



Agência Praça da Moça, Diadema



Agência Rua das Hortências, Santo André

Portanto, orientamos aos empregados que:

- Marque corretamente o Sipun.
- Denuncie pressões ou irregularidades.
- Não compactue com essa situação se calando. Tome uma atitude, procure o Sindicato.
- Lembre-se: cumprir a jornada é garantia de saúde, e a falta de empregados é problema da empresa e não seu.



Agência Dom Pedro II, Santo André

Sipun deve ser para todos, mas as fraudes têm que acabar

O movimento sindical defende que o controle de ponto deve ser obrigatório para todos os empregados, independente da função exercida, ocorre que a Caixa há muito tempo ignora essa situação, só que o problema é maior, até mesmo os empregados que tem Sipun, constantemente são pressionados a deixar de marcar as horas extras realizadas, e as fraudes no ponto são comuns.

Para tentar resolver essa questão de uma vez por todas, a Caixa se comprometeu há alguns anos, a criar um sistema de login único, onde o empregado após dar saída no ponto, não teria mais condições de acessar nenhum sistema interno, ocorre que até agora esse modelo não foi implementado e novamente será uma das pautas nas nossas negociações de camp-

na. Além disso, o sindicato ingressou com ação na justiça para que os gestores tenham seu direito garantido.

Histórico da ação do Sipun para os gestores

Em 1995 o Ministério Público do Trabalho ingressou com uma ação civil pública contra a Caixa, após constatar irregularidades no ponto eletrônico, em razão de pedidos de fiscalizações do Sindicato dos Bancários de SP.

Após 17 anos de tramitação, saiu a decisão de 1ª instância, onde foi concedida uma liminar para a Caixa passar a anotar corretamente os cartões de ponto de seus funcionários.

A Caixa, em virtude desta ação judicial, passou a controlar a jornada de trabalho,

inclusive dos gerentes de contas, o que não era feito antes.

Ocorre que tal decisão ficou restrita aos trabalhadores de SP. Diante disso, no dia 18/06/2013 o Sindicato do ABC decidiu ingressar com uma ação civil pública contra a Caixa para que passasse a realizar o controle de jornada dos gerentes.

Na decisão de 1ª instância a Justiça do Trabalho entendeu que o Sindicato não é parte legítima da ação, pois o direito que busca é de natureza individual e não coletiva. O Sindicato já apresentou recurso ao Tribunal Regional do Trabalho de SP (TRT/SP).

Agora teremos que aguardar. Caso o TRT entenda que é possível pleitear tal direito no âmbito coletivo, o processo retornará para a 1ª instância para apreciar o mérito.

Orientação para os empregados que querem ingressar com ação de Incorporação de Função

A presente matéria já foi tratada algumas vezes neste jornal, mas em virtude de algumas dúvidas que ainda remanescem na categoria, vamos abordar novamente o assunto.

A Súmula 372 do TST prevê o seguinte: "I - Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não po-

derá retirar-lhe a gratificação tendo em vista o princípio da estabilidade financeira".

Essa Súmula do TST busca garantir uma estabilidade financeira do trabalhador, que ao longo de 10 anos foi remunerado acima do seu salário padrão.

Como se pode notar, a Súmula não esclarece se a incorporação deve ser feita com base na última remuneração ou em alguma média.

A Caixa, por meio do Regulamento RH 151, estabeleceu que o valor do adicional de incorporação será a média ponderada dos últimos cinco anos de salário.

Assim, se nos últimos cinco anos a pessoa recebeu uma remuneração que foi variando, em virtude de assumir várias funções, não incorporará a remuneração de maior valor, mas sim a média, que poderá até mes-

mo ficar abaixo do último salário.

A Justiça do Trabalho vem decidindo que, se o intuito da Súmula é de preservar a estabilidade financeira, deve ser incorporada a última remuneração, que em geral é a maior.

O Sindicato ingressa com esse tipo de ação, isentando os seus associados do pagamento de honorários advocatícios.



DEBATE SOBRE A FUNCEF



Em comemoração ao **Dia do Bancário**, o Sindicato convida todos os empregados da ativa e aposentados para debater os dilemas e ações do Fundo de Pensão dos Empregados da Caixa – Funcef. O presente de muitos e o futuro de tantos outros depende da capacidade do fundo se manter forte e sadio.

Venha participar, essa história é sua.

Convidados:

Carlos Caser – Presidente da Funcef
José Carlos Alonso – Diretor da Funcef representante eleito dos empregados
Fabiana Matheus – Fenae
Sergio Takemoto – Apcef

Dia 28 de agosto - 19 horas
 Local: Teatro do Instituto
 Coração de Jesus
 Rua Siqueira Campos, 483
 Centro de Santo André

Confirme sua presença por e-mail para formacao@bancariosabc.org.br
 Mais informações pelo telefones: 4993-8299

APOIO: SR-ABC/Caixa e Fetec-SP/CUT

ESPECIAL, CAIXA NOTÍCIAS BANCÁRIA

SINDICATO DOS
abc
BANCÁRIOS - CUT

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas do Ramo Financeiro do Grande ABC - Filiado à Fetec SP/CUT e Contraf/CUT

Acesse a página do Sindicato: www.bancariosabc.org.br

ESPECIAL - AGOSTO DE 2013

Trajetória da Organização dos empregados Caixa - 1985/ 2012



Bancários da Caixa - Uma história de lutas e conquistas

Mais uma Campanha Nacional dos Bancários se inicia. É hora dos empregados entrarem em cena na defesa por melhores condições de trabalho. É o momento do trabalhador da Caixa unir forças para continuar a sua trajetória de lutas e conquistas, que vem de longa data.

Década de 80: início da organização nacional dos bancários da Caixa

1985 – É realizado o 1º Congresso Nacional dos Funcionários, que unifica a luta e aprova a minuta de reivindicações e organiza a maior paralisação da história dos trabalhadores da Caixa, que até então eram economiários.

1986 – Depois de um ano de luta, os trabalhadores conquistam o direito a sindicalização, jornada de seis horas e passam a ser bancários. Empregados se sindicalizam em massa no país.

1990 a 2000 – Década da resistência

1990 – Fernando Collor de Mello assume a presidência, com discurso de caça aos marajás, dentre eles, os funcionários de estatais. Collor alegava que os funcionários de estatais tinham altos salários e que essas empresas



Greve dos bancários do ABC em 1985

eram deficitárias, e por essa razão, deveriam ser privatizadas. Com isso inicia-se o processo de privatização das grandes empresas públicas brasileiras, como por exemplo a Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica Nacional, Usiminas, Sistema de Telefonia e Energia e bancos. A realidade mostrou que to-



XI Conecef 1995

das essas empresas eram viáveis economicamente e que o discurso do Collor era falso e tinha por objetivo favorecer os empresários.

A pressão contra os trabalhadores foi drástica, Collor demitiu mais de 200 empregados que fizeram greve em 1991, houve um processo nacional de solidariedade, os colegas doavam um valor para ajudar a manter os demitidos. O movimento sindical e associativo ficou

mais de um ano lutando pela reintegração de todos os demitidos, que só viria na queda de Collor, com o governo de Itamar Franco.

1995 – Fernando Henrique Cardoso consolida o processo de privatização com destaque para os bancos. São privatizados quase todos os bancos públicos do país como o Meridional, Minas Caixa, Banespa, Banerj, entre outros e o Governo incentiva,



Greve 1996 contra 0% de reajuste proposto pelo Governo

em alguns casos, com recursos públicos, o processo de fusão de bancos privados, aumentando o desemprego no setor. Graças ao processo de resistência dos trabalhadores e do apoio da população a Caixa, Banco do Brasil e a Petrobrás conseguem escapar da privatização. O custo da luta em defesa de que essas empresas se mantivessem públicas para o funcionário foi alto. Os trabalhadores ficaram anos sem reajuste salarial com perda de direitos e demissões. Essas empresas deixaram de servir como instrumento para a política de desenvolvimento do país. Diante dessa situação os trabalhadores e o sindic-

ado estiveram juntos fazendo uma grande campanha em defesa dos bancos públicos, realizando paralisações e manifestações pelo emprego e condições de trabalho dignas.

1998 – A Caixa edita a normativa RH 008, que previa a demissão imotivada e, nesse mesmo ano, abre concurso para técnico bancário sem os mesmos direitos dos trabalhadores da ativa. Foi o ápice do ataque do governo aos trabalhadores. Muitos foram demitidos e, somente depois de 10 anos de luta, o movimento sindical consegue a reintegração desses empregados.



Comitê Regional em Defesa dos Bancos Públicos – 1997. Wagner de Castro, presidente do Sindicato, Aloísio Bionde, escritor, Maria Rita Serrano, Sindicato, Deputado Vanderlei Siraque e Pinheiro, Fetec



Maria Rita – representando o sindicato pressiona o presidente da Caixa, Sergio Cutolo, contra o reajuste de 0% oferecido pela empresa.



Campanha em Defesa dos bancos públicos realizada pelos Sindicatos do País em 1995



Qual o Futuro da Caixa – 1997. Valmir Gongora - Apcef, Anália - Agecef, Deputado Ricardo Berzoini, Maria Rita Serrano - Sindicato, Carlos Borges - Fenae e Carlos, Assessor - CNB



Greve 1999

Século XXI União da categoria e novo governo trazem mudanças importantes para os bancários e para o País



Assembleia Funcionários da Caixa 1999

2000 - O movimento sindical muda a estratégia e defende a unificação das campanhas salariais dos bancos públicos e privados com negociação geral na mesa da Fenaban e com as pautas específicas sendo negociadas na mesa Caixa.



Evento sobre Assédio Moral 2011



Assembleia 2012

Delegação do ABC no Conecef 2012: Hugo, Ana, Adalto e Inez.



Assembleia Geral - Greve 2010

As campanhas e negociações até então eram feitas isoladamente por banco.

2002 - Lula ao assumir a presidência, diferente dos governos anteriores, fortalece as empresas públicas, utilizando-as como instrumento para o desenvolvimento econômico e social do País. Com a nova política econômica o País cresce gerando emprego e renda e melhorando as condições de vida da população.

2003 - Com a consolidação da Campanha Unificada os trabalhadores bancários, em especial dos bancos públicos, começam a ter conquistas importantes.



Furlan em Dia Nacional de Luta na Caixa 2010

2004/2012 - Desde 2004 todos os acordos de bancários foram fechados com aumento real de salário. A distribuição da PLR e do piso salarial tiveram aumentos significativos neste período. Além de avanços em temas como assédio moral, ampliação da licença maternidade, e isonomia.



Evento sobre Assédio Moral 2011 - Maria, advogada, Pedro Eugênio, Fenae, Rita Serrano, Sindicato, Everaldo, SR, Juvandia, Sindicato de SP, Fabio, Caixa Federal, e Takemoto, Apcef

No caso específico da Caixa podemos listar conquistas importantes:

- aumento real de 16,2% no acumulado de 2004/ 2012.
- conquista da PLR na Caixa, em 2004, e posteriormente da PLR social ampliando a distribuição do lucro entre os bancários.
- PCS novo em 2008 gerando isonomia para os técnicos bancários e diminuição dos interstícios para 48 níveis, antes eram 95.
- Conquista da cesta-alimentação e da 13ª cesta.
- licença maternidade de 6 meses.
- reestruturação do Plano de Funções e Gratificações.
- retorno da promoção por meritocracia.
- contratação de mais empregados, em junho deste ano a Caixa estava com 95.679 empregados, quase o dobro do que tinha na década de 90.
- democratização da Funcef e criação do Novo Plano.
- menor taxa de juros para funcionários no cheque especial, consignação e isenção da tarifa no cartão de crédito.
- ampliação no número de bolsas de estudos.
- melhoria no Saúde Caixa.